

# O PENTECOSTALISMO EM CONTEXTOS DE VIOLÊNCIA: UMA ETNOGRAFIA DAS RELAÇÕES ENTRE PENTECOSTAIS E TRAFICANTES EM MAGÉ\*

*Cesar Pinheiro Teixeira*  
*Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)\*\**

**Resumo.** Nas periferias urbanas do Rio de Janeiro é notável a presença de dois grupos distintos: as igrejas pentecostais e os grupos de narcotraficantes. Todavia, embora os pentecostais demonizem os grupos de traficantes, a relação entre eles não se caracteriza por uma relação de conflito. Os pentecostais gozam de respeito e prestígio em relação aos traficantes: seja quando pregam dentro das bocas-de-fumo ou quando resgatam pessoas “condenadas à morte” pelos traficantes. Como compreender a autoridade moral da qual gozam os pentecostais em relação a interlocutores autoritários e violentos como os narcotraficantes? Como hipótese principal, dizemos que ao utilizarem com rigor regras de dom e contra-dom e, além disso, orientando-se pela lógica da Batalha Espiritual, os pentecostais conseguem um posicionamento privilegiado frente às questões postas por um contexto que envolve autoritarismo e violência.

**Palavras-chave:** pentecostalismo, batalha espiritual, violência, narcotráfico.

**Abstract.** In Rio de Janeiro’s urban outskirts, we can observe the presence of two different groups: the Pentecostal churches and the drug dealers groups. However, although the Pentecostals see the drug dealers as connected to the Evil, the relation between them is not a conflictual one. In fact, the Pentecostals are respected by the drug dealers: both when they preach to the drug dealers at drugs’ sales spots and when they rescue people who have been “sentenced to death” by the drug dealers. How can we understand the moral authority that the Pentecostals have over authoritative and violent interlocutors such as drug dealers? The main hypothesis I develop in this article is that, by obeying the rules of gift and reciprocity and by orienting their action by the logic of the Spiritual Battle, Pentecostals achieve a privileged position in a context of violent and authoritative drug traffic.

**Keywords:** Pentecostalism, spiritual battle, violence, drug trafficking.

Nas periferias urbanas do Rio de Janeiro é notável a presença de dois grupos distintos: as igrejas evangélicas pentecostais<sup>1</sup> e as quadrilhas de narcotraficantes. Estes dois grupos chamam a atenção por razões bem dis-

tintas. Os evangélicos pregam uma separação radical em relação ao mundo não-evangélico: restrições em relação às companhias, aos lugares, ao tipo de vestimenta, ao tipo de palavreado que deve ser usado na comunicação com os outros; já os traficantes têm uma conduta marcada pela violência, pela ostentação, pela imprevisibilidade e pela tensão, inerentes aos conflitos constantes entre quadrilhas rivais e entre quadrilhas e polícia. Como aponta a antropóloga Alba Zaluar (1997), os pentecostais vêm no tráfico a representação do mal. Os traficantes seriam agentes a serviço do demônio: eles usam drogas e um palavreado moralmente condenável; andam armados, matam, fazem o mal. Por sua vez, os pentecostais seriam os agentes de Deus na terra. Pregam a sua Palavra, usam roupas decentes, têm uma conduta social de acordo com os preceitos evangélicos. Convidam todos à salvação e à obediência à Palavra do Senhor. O narcotráfico representa o mal; o pentecostalismo, o bem.

Entretanto, embora os pentecostais demonizem os grupos de traficantes, a relação entre eles não se caracteriza por uma relação de conflito. Ao contrário, os pentecostais gozam de respeito e prestígio em relação aos traficantes. Mais do que isso, os pentecostais conseguem se opor com sucesso à autoridade do narcotráfico, além de, muitas vezes, atuarem como mediadores importantes na relação violenta que o tráfico mantém com a comunidade: conseguem intervir no “julgamento” que os traficantes realizam, por exemplo, com as pessoas que transgridem as “leis” locais impostas pelas quadrilhas.

Isso gera uma série de acusações aos pentecostais – o sucesso das ações evangélicas em relação ao tráfico seria proveniente de uma suposta relação de cumplicidade com os narcotraficantes. Entretanto, mais do que investigar a procedência destas acusações, este trabalho está interessado em compreender tais questões. Como compreender este sucesso das ações dos pentecostais em relação aos traficantes? Como compreender a autoridade moral da qual gozam os pentecostais em relação a interlocutores autoritários e violentos como os narcotraficantes? Este sucesso estaria ligado exclusivamente ao carisma de um líder ou estaria ligado à sociabilidade e às práticas fundamentadas na religiosidade pentecostal?

Procurando responder a estas questões, basear-me-ei na etnografia realizada por mim na Lagoa, periferia urbana de Magé<sup>2</sup>, município da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, que teve como foco as relações entre fiéis da Assembléia de Deus e traficantes locais. Pretendo discutir a importância da presença da violência no contexto das periferias urbanas brasileiras para

se refletir sobre o crescimento das igrejas pentecostais. O cotidiano das áreas socialmente vulneráveis em que há a presença do tráfico, de armas, de situações de risco, de conflitos entre polícia e quadrilhas de traficantes, etc., exige definições e agilidade nas repostas a estas questões. Como hipótese principal, dizemos que ao utilizarem com rigor regras de dom e contra-dom (Mauss, 1974) e, além disso, orientados por uma concepção encantada de mundo que consiste em compreender as ações e os conflitos do dia-a-dia de acordo com as disputas e as ações de Deus e do Demônio, ou seja, orientados pela lógica de uma Batalha Espiritual (Mariz, 1999), os pentecostais conseguem responder de forma mais precisa e ágil às questões postas por um contexto violento. Uma religião de caráter popular, sincrética, ambígua e não institucional, oferecerá múltiplas possibilidades de repostas, possivelmente dificultando as ações coletivas e individuais num contexto que exige agilidade e definição no trato com o tráfico – e o reconhecimento da fronteira entre o simples contato e a convivência é uma questão levada a sério no cotidiano das camadas populares (Mafra, 1998). Desta forma, a conversão religiosa (ao pentecostalismo) pode ser pensada enquanto uma alternativa para se viver num contexto que envolve a presença autoritária e violenta do narcotráfico e todos os riscos daí decorrentes.

### Pentecostais e Traficantes na Lagoa: rejeição e proximidade

Os membros da igreja onde o trabalho de campo foi realizado afirmam para qualquer interlocutor de fora, entre eles, eu, como pesquisador, que mantêm distância do tráfico, pois ali enxergam a esfera do profano. Uma das características mais notáveis dos evangélicos é esta distinção radical entre o que é “do mundo”, profano, e o que é sagrado, o que é de Deus (Mariz, 1997). Sendo assim, a ausência de relação entre tráfico e igreja é o fato mais provável. Os pentecostais afirmam não haver nenhum tipo de relação entre a igreja e o tráfico na Lagoa.

[...] eu não me incomodo não. Que eles tão fazendo as coisas deles pra lá e eu pra cá. Não tem nenhum tipo de relação com eles não. (Wagner, entrevista realizada em fevereiro de 2005)

Tráfico e igreja seriam duas esferas de ação que não se cruzam. Representam a batalha entre Deus e o Diabo na terra; a disputa entre a salvação

e a perdição das almas; estabelecem entre si uma guerra de movimentos (Mafra, 1998). Segundo os pentecostais da Lagoa, tráfico e igreja agem de formas opostas e independentes: “eles estão fazendo as coisas deles pra lá e eu pra cá”. Enquanto a igreja evangeliza, o tráfico vicia; a igreja dá a vida nova, o tráfico mata; a igreja representa a salvação; o tráfico, a perdição. Enfim, deste ponto de vista não há intersecção entre tráfico e igreja ou, para usar uma expressão do campo, a relação entre eles é “zero”.

Embora à primeira vista pareça que os pentecostais estejam isentos de uma relação com o tráfico, existe uma proximidade em muitos casos: física, geográfica, de sociabilidade, em relação ao parentesco e à família. Igreja e tráfico convivem no mesmo bairro. Estão nas ruas, nas esquinas, em casa. Ao lado da igreja, uma boca-de-fumo; uma irmã crente tem um filho traficante; primos pertencentes aos dois grupos ficam juntos: no futebol, nas conversas de rua, na escola. Porém, a igreja repudia o narcotráfico. Os pentecostais da Lagoa, por exemplo, possuem uma rotina de orações, louvores, vigílias, etc., que tem como objetivo principal a intercessão pelo bairro: há pedidos de paz, pelo fim do tráfico e pelo fim do envolvimento dos jovens com o mesmo.

Os grupos de jovens e de senhores, realizam suas “saídas”<sup>3</sup> em todas as regiões do entorno da Lagoa, visando pregar, orar e entoar louvores para os transeuntes. E o fazem mesmo nas áreas consideradas “de risco”, por causa da presença intensa do tráfico e dos constantes conflitos entre quadrilhas e policiais. Os crentes sempre contam o sucesso que obtêm nestas “saídas”. Dizem que os traficantes choram, jogam as armas no chão e alguns deles se convertem, mesmo que dias depois retornem ao tráfico. Porém, mesmo que estas ações atinjam os traficantes, não são ações voltadas para o tráfico: as saídas têm como propósito fundamental a evangelização na própria comunidade.

[...]um dia eu subi no morro e ele tava com mais de vinte. Nós fomos evangelizar no morro num dia de domingo de tarde, só com a mocidade. Mas uma coisa tremenda o poder de Deus: os caras joga as armas tudo no mato, choram, pedem oração. Eles aceitam chorando e muitos se convertem. (Rogério, entrevista realizada em julho de 2005)

Aqui podemos perceber a construção de um paradoxo em relação ao discurso dos crentes na Lagoa: se por um lado, há a veemente negação de qualquer tipo de relação com o tráfico local, pois ali se reconhece a esfera do profano, esfera de ação do Demônio, por outro, há uma preocupação

com os indivíduos envolvidos no tráfico: há orações nas bocas-de-fumo e outras ações proselitistas em relação aos traficantes. Há a negação da relação, mas se estabelece o contato.

Por mais que este tipo de contato seja direto, pois muitas vezes os crentes vão até as bocas-de-fumo pregar para os rapazes do tráfico, não se estabelece ali um embate direto. O objetivo não é desarticular o tráfico, mas interferir espiritualmente “ganhando almas para Jesus”. O objetivo é fazer com que os traficantes “aceitem Jesus”, convertam-se, conseqüentemente, abandonando o narcotráfico. Segundo os pentecostais, há uma batalha espiritual na qual os homens atuam a favor de Deus ou do Diabo: o exército de Deus age tentando libertar os homens do Diabo, através da conversão, “aceitando Jesus”. Os homens que pertencem ao exército do Demônio agem visando a perdição dos “santos”, tentando corrompê-los, enganá-los, contaminá-los.

De acordo com Mafra (1998), em sua etnografia do morro Santa Marta, católicos e evangélicos propõem diferentes formas de ação em relação ao narcotráfico. A principal luta na qual estão envolvidos os católicos progressistas, por exemplo, é a de desassociar tráfico e moradores, ou seja, tornar os moradores independentes em relação ao narcotráfico, atingindo a prática “populista” e “clientelista” dos traficantes através de um resgate da cidadania. O objetivo aqui é um resgate do morro pelo morro, baseado numa afirmação dos moradores da favela enquanto cidadãos.

Os católicos que protagonizam a etnografia de Mafra (1998) estabelecem uma estratégia de ação em relação ao tráfico que pressupõe o embate entre dois coletivos: a igreja e o narcotráfico. Assim, católicos e o traficantes se vêem envolvidos numa disputa na qual toda e qualquer relação com o tráfico é rejeitada, não só por preceitos de moral religiosa, mas porque o tráfico cria um sistema de poder no qual os moradores se vêem a todo o momento submissos. As ações da igreja católica são “institucionais”: por exemplo, ao bancar chapas para concorrer (contra chapas ligadas ao narcotráfico) à associação de moradores.

No caso dos pentecostais, a relação entre igreja e tráfico não é “zero”, mas ela se dá no plano individual e assume contornos espirituais. Os crentes se orientam pela lógica da batalha espiritual: eles visam cooptar mais homens para o exército de Deus, livrando-os da perdição e da morte, por meio do proselitismo e da oração. Por meio desta batalha espiritual, traficantes e pentecostais travam uma guerra, que para eles, é a guerra entre o bem e o mal, entre Deus e o Diabo.

[...] [há um trabalho específico] de oração. De oração, pra Deus trazer essas pessoas pro meio evangélico, pra Deus trabalhar mesmo, libertar eles né. E usamos, sempre, quando vamos pregar o evangelho, cada um tem o seu pensamento. Eu, no meu pensamento, na forma como eu procuro me expressar perante o púlpito, anunciar o evangelho ne, também não uso fazer a menção... Você tem que abandonar as drogas e vir pra Jesus. Eu não uso falar dessa forma. Primeiro porque isso não vai mudar o quadro da vida dele, porque o que leva a pessoa a mudar é ele se arrepender dos pecados e aceitar Jesus. Porque se eu prego a mensagem, você tem que se arrepender dos seus pecados e aceitar Jesus. Ele pode estar nas drogas, pode estar em qualquer tipo de circunstância na sua vida que vai mudar o quadro da vida dele. Você tem que abandonar a sua vida de alcoólatra: eu não uso dessa forma, porque você deve se arrepender dos seus pecados e aceitar Jesus. Porque é possível, muitas das vezes, uma pessoa abandonar o álcool, abandonar as drogas, abandonar o cigarro e não mudar o quadro da vida dele, pois ele não aceitou Jesus. Perante à sociedade ele vai tá bem, mas é possível que daqui a pouco ele vai voltar a fazer aquilo novamente, porque ele não fez o certo. Ele apenas ele deixou de fazer. Mas quando ele aceita Jesus, ele é liberto. Por isso Jesus diz: conhecereis a verdade e a verdade vos libertará. A origem de tudo isso aí é o pecado. Inclusive tivemos um culto num dia desse aí, no bairro Saco: cheguei pros irmãos ó, não vamos ficar mencionando sobre o traficante, que precisa abandonar, deixa ele pra lá, vamos falar de Jesus, dos benefícios de Jesus, que Jesus cura, que Jesus dá alegria, que Jesus dá paz”. (Paulo, entrevista realizada em fevereiro de 2005)

Neste trecho de entrevista, podemos perceber como o irmão recusa um embate direto com o tráfico, preferindo atuar utilizando a lógica da batalha espiritual. Ele não fala diretamente às pessoas para saírem da vida do crime, do narcotráfico; ele diz que elas precisam aceitar Jesus. O que garante a mudança de vida ao indivíduo não é simplesmente abandonar a vida das drogas. A pessoa pode ficar circulando entre o que é “santo”, “puro”, e o que é “pecado”, “impuro”, se o motivo de sua saída não for relacionada à conversão. O que garante a “mudança do quadro da vida” do indivíduo é o fato dele cumprir o ritual de passagem ao exército de Deus “aceitando Jesus”, pois, se o mal que assola a sua vida possui uma origem sobrenatural – o Demônio –, então, para se reverter a situação, não basta uma conscientização (política) e uma ação “institucionalizada”, mas enxergar a batalha entre Deus e o Diabo e se posicionar do lado “santo”.

## As estratégias de ação em relação ao tráfico

Um traço marcante existente em contextos de violência em que há presença do narcotráfico é a ambigüidade que há nas relações entre estes e os demais moradores do lugar. Por um lado, a tirania do traficante armado projeta um sentimento de revolta e indignação; por outro, estes mesmos traficantes violentos são vistos com respeito e admiração quando defendem a “área” de quadrilhas rivais, por exemplo (Zaluar, 1985).

Esta ambigüidade tem conseqüências perversas para os moradores do lugar, uma vez que ela permite compreender as relações entre traficantes e localidade tanto como uma relação de conflito como uma relação de cooperação. Isso faz com que os moradores de uma área socialmente vulnerável em que há presença de tráfico de drogas sejam reconhecidos, muitas vezes, como cúmplices potenciais do narcotráfico.

Como compreender então, uma proposta de ação religiosa que rejeita a relação com o tráfico, mas que, ao mesmo tempo, recorre a uma proximidade a ele em suas ações proselitistas, já que optam por soluções individuais em relação aos problemas gerados pela presença e atuação do narcotráfico? Como estar próximo à fonte do mal sem ser por ela contaminada?

### *A Batalha Espiritual e a Lógica do Dom e Contra-dom*

A vida cotidiana de um bairro socialmente vulnerável oferece alguns desafios aos pentecostais. Muitas vezes vi algumas situações que poderíamos caracterizar como portadoras de uma tensão moral ou ética que foge à vida ritual do culto e da pregação. Durante o meu trabalho de campo, a igreja foi assaltada três vezes. Os ladrões levaram equipamentos eletrônicos de alto valor (caixas de som, amplificadores, etc.), instrumentos musicais, bicicletas, entre outras coisas. Estes bens, segundo os fiéis, foram comprados com muito sacrifício: dezenas de rifas vendidas, horas trabalhando no bazar da banda da igreja – todo o dinheiro conseguido é destinado a gastos com instrumentos e equipamento de som –, etc. É um investimento difícil de ser recuperado.

Todavia, como em outros bairros ocupados pelo narcotráfico, este tipo de atitude não é bem vista pelos “donos do poder local” – os traficantes –, estando os assaltantes sujeitos à punição assim que descobertos. Os moradores do lugar podem, inclusive, ter seus bens devolvidos caso

comuniquem ao chefe local a perda que sofreram. A igreja, sendo parte da comunidade, poderia, portanto, fazer valer a “lei local”, recorrendo à autoridade do tráfico. No entanto, evita-se este tipo de contato. Como conta o presbítero Rogério:

O camarada foi lá... um dia desses entraram lá no pátio da igreja e roubaram o rádio de um carro. Levaram uma bicicleta semana passada, novinha. Aí o irmão foi lá. Foi lá, falou com não sei quem e aí o pastor reclamou. Falou: olha irmão não faz isso não, não vale a pena não. É nessa hora que você corre o risco, sabe de quê? De entrar. O cara chega lá e negocia contigo: olha, vou atrás do seu prejuízo, vou lhe repor. Tu vai ficar com uma dívida com o vagabundo. Aí logo depois ele chega lá, que vagabundo infelizmente é isso né, ele faz um favor pra você e logo depois ele vai cobrar de você. Aí você, fulano, roubaram meu rádio, ele vai lá, apanha, amanhã ele vai querer que você bote ele aqui dentro da sua casa pra lhe dar janta. Então é melhor você pedir a Deus a ajuda pra comprar outro rádio, larga aquele rádio pra lá, porque se o cara trouxer isso da outro caso. Mas a gente não costuma fazer isso não pra não ter nenhum tipo de relacionamento fora dos padrões da Bíblia, com um ciclo de pessoa... não que... a questão não é o cidadão, não é a pessoa, a questão é aquilo que ta nele, aquilo que ta agindo na vida dele, se a gente entrar naquele esquema ali, com certeza ele vai tentar corromper a igreja, aí vai sair fora da ordem da Bíblia, aí complica tudo, aí complica tudo, entendeu. (Rogério, entrevista realizada em julho de 2005)

A fim de compreender melhor este exemplo, é importante entendermos as regras de troca embutidas na situação. De acordo com Mauss (1974), a troca não é um ato simples. Ela produz relações (políticas, religiosas, econômicas, jurídicas, etc.). As trocas não são necessariamente de artigos materiais, mas compreendem também símbolos: visitas, festas, tributos, etc. Segundo Lanna (2000, p. 176),

ao receber alguém estou me fazendo anfitrião, mas também crio, teórica e conceptualmente, a possibilidade de vir a ser hóspede deste que hoje é meu hóspede. A mesma troca que me faz anfitrião, faz-me também um hóspede potencial. Isto ocorre porque ‘dar e receber’ implica não só uma troca material, mas também uma troca espiritual, uma comunicação entre almas.

Todo artigo trocado, seja material ou simbólico, possui um mana, que é fonte de autoridade, riqueza e prestígio (Mauss, 1974). Assim, quando algo é doado, o doador estende seu mana ao recebedor, que deverá retribuir o presente. Estabelecer relações de troca, portanto, é mesclar almas: per-



mite a comunicação entre os homens, a inter-subjetividade, a sociabilidade (Lanna, 2000). Mas esta comunicação nem sempre se dá de maneira que se possa estabelecer uma relação de equidade entre os agentes. Ao contrário, a todo o momento criam-se hierarquias, já que doadores são superiores a recebedores; estes últimos possuem uma dívida com os primeiros. A lógica de dom e contra-dom presente na etnografia da Lagoa, mostra exatamente que “o que está em causa não é a reciprocidade envolvendo bens ou pessoas, mas sim a reciprocidade no reconhecimento de hierarquias e submissão a quem tem força, poder e prestígio” (Mafra, 1998, p. 280).

A possível relação de justiça estabelecida aqui se torna um problema para os pentecostais, pois o parceiro em potencial “foge aos padrões da Bíblia”. Caso recorra ao tráfico, a igreja acionará uma relação de reciprocidade: enquanto recebedora de um favor, estará fadada a um contra-favor, terá uma “dívida” com o tráfico, de forma que a congregação terá de construir uma relação de parceria. Mauss (1974) também destaca que a coisa dada possui um espírito (*hau*) que é da mesma “natureza” do seu dono e que a ele deve retornar. Desta forma, o “espírito” da coisa dada pelo traficante – e para os pentecostais o traficante é alguém pertencente ao “exército do Demônio” – se faz presente na igreja através do favor feito e, fadada a um contra-favor, a igreja se fará presente no tráfico através da retribuição. Utilizando termos do campo: “é nessa hora que a igreja corre o risco de entrar”, pois “amanhã ele [o traficante] vai querer que você bote ele aqui dentro da sua casa pra lhe dar janta”.

Estabelecer um contato com o tráfico em que haja troca significa, portanto, para os pentecostais, duas coisas: 1) criação de um vínculo com o narcotráfico, uma vez que, ao receber algo, ele se faz presente na igreja, estendendo seu *mana* e seu *hau* a ela; 2) ao doar algo à igreja, o tráfico posiciona-se enquanto doador e a igreja, em contraponto, como recebedora. A dívida recebida hierarquiza: a igreja tem uma dívida com o tráfico, com o Mal, com o Demônio: além de criar um vínculo com ele, terá de servi-lo, retribuindo o que foi dado em algum momento.

Da mesma forma que, na guerra espiritual, Deus age através dos homens, aumentando o número de fiéis, retirando-os do pecado, o Diabo, através do tráfico, pode “contaminar” os “santos” fazendo-os contrair consigo uma dívida através de uma relação de reciprocidade. Porém, uma religião que salienta a idéia do diabo é também ética. Há condenação, há o bem e o mal. Não se pode apelar para a figura do demônio para resolver os problemas (Mariz, 1997).

A Batalha Espiritual funciona, então, como uma narrativa que coloca todo contato com o tráfico sob suspeita, mas que ao mesmo tempo, junto da lógica de dom e contra-dom, regulamenta a relação. A igreja pode se estabelecer como doadora espiritual e até mesmo material: o crente pode aconselhar, falar de Jesus, atender a um pedido por comida e, enquanto isso, evangelizá-lo. Porém, o crente não deve estabelecer nenhum tipo de vínculo com o traficante: o vínculo entre os indivíduos pode ter um efeito “poluidor”.

[...] Nesse sentido, se ele precisar de um conselho, sempre nós estamos pronto a dar um conselho. Procurar tirar o elemento do mal caminho e trazer ele pra um bom caminho. A gente acolhe num sentido moral, entendeu, no sentido espiritual, mas se a gente, se no início assim, se chegar um bandido aqui na minha porta eu dou um prato de comida a ele, não posso negar. A Bíblia me ensina a fazer isso, dou um pão pra ele, com manteiga, se ele ta com fome. Ah, eu to com fome, então eu digo pra ele: você espera aí que eu vou pegar. Dali meu irmão, acabou o relacionamento. Se enquanto ele estiver comendo eu puder falar alguma coisa de Jesus pra ele eu falo, já aconteceu isso aqui. Mas se ele falar, ah, eu to foragido, tão querendo me matar, eu quero dormir aí na sua casa, aí eu vou falar: ah, meu amigo, infelizmente, nem na varanda você vai poder dormir. Porque senão depois eu posso levar flagrante com vagabundo dentro da minha casa. (Rogério, entrevista realizada em julho de 2005)

Se o crente estabelecer um vínculo com o traficante, pode ser “contaminado” e até mesmo reconhecido como cúmplice dele. Se o irmão recebe o traficante em seu lar, este se torna um hóspede em potencial dele (Lanna, 2000). A questão enfrentada pelo pentecostal não é a de sua casa ser invadida por um traficante foragido, desrespeitando o seu direito à propriedade (o que não raramente acontece), mas o problema moral/ético/espiritual de estar auxiliando um membro do exército do Demônio, estabelecendo, assim um vínculo com ele.

O que vale sublinhar é que a igreja tenta se estabelecer como doadora espiritual ou material em relação aos traficantes. Esta posição marca o limiar entre a ajuda e a cumplicidade para os envolvidos na relação. O contato entre igreja e tráfico é permitido, diferente da ação dos católicos em relação ao tráfico no morro Santa Marta (Mafra, 1998), abominando qualquer tipo de contato e priorizando a disputa direta com eles através da conscientização dos moradores. Embora, no caso pentecostal, o contato seja permitido, seus limites devem ser bem claros: é preciso evitar quaisquer

atitudes que permitam o reconhecimento de um vínculo, caso contrário, a relação torna-se proibida.

A igreja, o relacionamento da igreja com o tráfico, na verdade é zero, se não orar. Orar e dar conselho. Esses dias mesmo nós pegamos um camarada aí, envolvido no tráfico, todo embaraçado. E ele aceitou Jesus, nós demos uma assistência. Ele não perseverou porque ficou com medo. Os caras começaram a ameaçar, que ia matar, que ele saiu, e aquela coisa toda entendeu. A igreja, o relacionamento da igreja com tráfico é só mesmo orar pra Deus libertar essas pessoas, pra Deus tirar eles daquele meio, entendeu. Se chegar um traficante e quiser uma ajuda, a igreja é muito cautelosa, entende. Por que a igreja é muito cautelosa? Já vi chegar lá, vários, chegou lá um cara lá matador um dia desses fugido, um fugitivo matador, de manhã cedo, numa oração de seis horas da manhã, desesperado, queria ajuda. Mas olha só, aqui não tem lugar pra você ficar, que todo mundo conhece o cara. Aí você pega um bandido desse bota dentro da igreja, amanhã a polícia vem, dá um flagrante, vocês tão guardando bandido, e aí? Se ele estivesse numa sessão espiritual, o que que acontece, aquilo ali é público, a igreja é pública, então a questão de estar ali, o cara entrou, a porta tá aberta, se a polícia pegar ele lá dentro, não, olha só, a gente tá aqui realizando um trabalho espiritual! O cidadão entrou... mas se a gente guardar... Se ele se converter e a gente vê que ele tá produzindo os frutos do entendimento que a Bíblia diz e ele tá largado no mundo, aí arruma-se, dá um apoio a ele, com muito cuidado, com muita cautela. Mas se o cara chegar e ah, eu sou traficante, to correndo pra lá e pra cá, quero ficar aí dentro, não, não, não, infelizmente a gente não vai poder. Porque a Bíblia manda a gente ser prudente. Quando você guarda um bandido dentro da sua casa você tá se expondo, ou ele te roubar, ou ele levar um flagrante dentro da sua casa, ele vai complicar a sua vida, não é verdade? (Rogério, entrevista realizada em julho de 2005)

Este trecho de entrevista revela a complexidade do contato entre pentecostais e traficantes. A negociação entre “ato lícito” e “ato ilícito” vai às minúcias do evento. Deve-se acolher o traficante dando-lhe comida, água e palavra, pois este é um princípio cristão de hospitalidade. A estratégia apresentada na entrevista por irmão Rogério é: dar primeiro água e comida e, enquanto come e bebe, é possível falar de Jesus para o traficante. Mas em hipótese alguma o crente pode acolhê-lo dentro de casa, pois os perigos contidos aí são relevantes: haverá um comprometimento do crente com o traficante que ultrapassa o relacionamento público, digamos, formal. Há, portanto, o perigo de construir um vínculo com o traficante. “Quando você guarda um bandido dentro da sua casa você tá se expondo”, ultrapassando

os limites de sociabilidade e desrespeitando regras que viabilizam uma certa “imunidade moral” dos pentecostais. Entretanto, o acolhimento público do criminoso, que é sempre um possível novo convertido, é fundamental nesta negociação moral.

Embora os crentes priorizem um modelo de ação em relação ao tráfico que privilegia soluções individuais, os contatos entre eles são regidos por regras coletivas. Porém, embora seja desta forma, as ações dos pentecostais em relação ao tráfico não seriam caracterizadas pela mesma “institucionalidade” católica. A institucionalidade pentecostal não é verticalizada e fortemente hierarquizada como no catolicismo oficial. As igrejas pentecostais são dotadas de uma autonomia relativa (Mafra, 2001). Os pastores e presbíteros geralmente são pessoas de mesma posição social que os demais fiéis; quase não há distância social entre os profissionais do sagrado e os membros. A institucionalidade pentecostal é mais “frouxa” e há uma maior liberdade para improvisado e negociação dentro da própria igreja. As regras coletivas que regem o contato entre crentes e traficantes se baseiam na narrativa da batalha espiritual e na lógica de dom e contra-dom: orientando a maneira como o crente deve se portar, o que é certo e o que é errado, o que o crente deve falar, o que ele pode receber ou ouvir do traficante.

Você precisa saber botar uma barreira, botar um muro: opa, esse muro aqui você não pode passar. Esse muro é no sentido figurado. Não é um muro de madeira, de concreto. (...) às vezes é conversa secular, não precisa nem ser evangelizando. Você pode sentar com ele, conversa secular, e conversar com ele normalmente, igual você conversa com colega seu da rua. Conversa normalmente só que você tem que colocar limites. Ele sempre vai te oferecer alguma coisa. É difícil. Eu sempre falo, numa vez que eu dava aula na escola dominical: você tem que andar com dois sacos do lado: um sem furo e outro com furo. Aí o que acontece, as coisas boas você pega e bota no sem furo e as coisas ruins você bota no que tem furo, que vai ficar por ali mesmo. Aí você aceita. (Eduardo, entrevista realizada em março de 2006)

A minha relação com eles é: bom dia, boa tarde, sento pra conversar, mas eles faz lá as coisas deles e eu sou crente. É um jeito de você dizer não, você saber botar uma barreira, botar um muro. Opa... esse muro aqui você não pode passar. (...) Igual eu to conversando com você, a gente ta conversando sobre um assunto, eu posso ser aberto com você ou não, eu posso fechar uma oportunidade de você querer descobrir alguma coisa de mim ou não, mas é você que tem que botar o seu limite, não as pessoas fazer um limite pra você. É você que tem que ter um limite. (Eduardo, entrevista realizada em março de 2006)

Este “muro” do qual nos fala o entrevistado deve prevalecer em qualquer situação. Não é apenas uma regra de conduta formal que deve ser seguida no espaço público. É uma regra que garante a “imunidade moral” do crente ao entrar em contato com o traficante. Porém, num bairro atravessado por relações de parentesco, muitas vezes tráfico e igreja encontram-se dentro de casa, por exemplo, na relação entre a mãe evangélica e o filho traficante:

[...] já teve dias dele chegar em casa e dizer assim: minha mãe, abrir o armário, e dizer, Tem comida? Eu dizer, Tem, tem um pouquinho de arroz, um pouquinho de feijão na panela, a conta pra ele comer – porque eu dividia aquele pouco pra todo mundo. Se a senhora quisesse, mãe, eu iria lá fora agora e fazia uma boa compra pra senhora. Aí o que aconteceu, naquela hora me deu um nervoso, eu agarrei no peito dele, sacudi e falei: nunca mais você me fala isso, porque eu sou sua mãe e eu não aceito coisas erradas dentro da minha casa. Mãe que isso? Eu falei, ó, um dia você vai ser preso e você não vai dizer eu estou aqui porque minha mãe aceitou aquele dinheiro imundo. Aí ele também abaixou a cabeça e nunca mais. Então, hoje, eu sei quem é o meu filho porque eu não sou boba. E muitas coisas que a gente olha e Deus vai orientando a gente. (Cristina, entrevista realizada em fevereiro de 2006)

Através deste trecho de entrevista podemos reconhecer de forma mais patente a maneira como os evangélicos lidam com situações eticamente perigosas. Múltiplos papéis estão na situação: mãe/crente e filho/traficante. A mãe pobre necessita de ajuda: seria legítimo um filho ajudar a mãe com seu próprio dinheiro. Porém, o filho é traficante. E a mãe evangélica percebendo que a origem da ajuda do filho é o tráfico – “eu sei quem é meu filho”, diz a mãe – sabe que deve rejeitá-la.

Se a mãe evangélica aceita a dádiva do filho traficante ela estará contraindo uma dívida com o próprio tráfico. Este contaminará a mulher crente, através do que foi trocado, corrompendo-a. A dificuldade não reside no indivíduo, mas no vínculo que ele traz consigo; a questão posta em jogo é: com quem se troca? Com quem estarei estabelecendo uma relação de reciprocidade? Antes de ser uma relação entre mãe e filho, há ali, presentes, tráfico e igreja.

Através da batalha espiritual, os crentes têm grande agilidade na formulação de respostas morais adequadas para os múltiplos pertencimentos: “e Deus vai orientando a gente”, conclui a entrevistada. A lógica do dom e contra-dom entre evangélicos e traficantes se dá de maneira singular neste

contexto, pois não diz respeito só a doadores e recebedores, mas a uma articulação criteriosa segundo o papel social e o espaço público do lugar.

A mãe que relatou a situação anterior não possui dúvidas em relação à atitude que deve ser tomada. Ela, como mãe, estando numa situação de pobreza extremada, poderia aceitar a ajuda do filho. Seria legítimo. Mas se age enquanto indivíduo isolado, ignorando a Batalha Espiritual, e aceita a dádiva do filho, ela se corrompe, contamina-se com o mal contido na dádiva. Entretanto, ao assumir o papel de Irmã Cristina, ou seja, tendo em mente as questões postas pela Batalha Espiritual, a situação eticamente/moralmente perigosa ganha contornos claros: não é possível receber algo do filho, pois ele é um traficante, e um “crente”, “eleito do Senhor”, não pode ter dívidas nem vínculos com o Demônio.

### *Convivência ou radicalização da lógica de dom e contra-dom?*

Observamos, então, que os evangélicos da Lagoa, ao se aproximarem de traficantes, levam consigo um instrumental de ação que pode ajudar a estar próximo do mal, tentando atrair os rapazes do tráfico para a igreja, numa guerra de movimentos (Mafra, 1998), sem serem “contaminados” por eles. Porém, o modelo de ação pentecostal – priorizando o processo individual de conversão e sendo orientado por uma lógica de dom e contra-dom, bem como pela narrativa da Batalha Espiritual – possui dificuldades, uma vez que muitos evangélicos, pastores e fiéis, atuam fora desse modelo, quebrando as regras de sociabilidade em relação aos traficantes. Tratarei agora da forma como os evangélicos abordam o possível problema da cumplicidade e da convivência da igreja em relação ao tráfico.

Num trecho de entrevista, um irmão nos dá um contra-exemplo: mostra-nos como a relação de reciprocidade entre tráfico e igreja, realizada “sem cautela”, ou seja, quando a igreja estabelece um vínculo com o tráfico, no qual, através de uma troca, a igreja se vê literalmente associada ao mesmo.

Lá no Rio de Janeiro o tráfico banca as famílias carentes, também usa os filhos, entende. Então, lá nessas favelas lá no Rio, é danado pra traficante chegar e querer bancar, querer comprar a igreja. Aí é aquela história né, de vez em quando você não vê aí aquelas reportagens aí dizendo que já encontraram arma dentro da igreja. Tudo é uma negociata que depois custa caro. (Rogério, entrevista realizada em julho de 2005)

O dinheiro do tráfico corrompe a igreja. Compromete sua “imunidade moral” em relação ao tráfico. Cria dívida, vínculo, hierarquia. A igreja, ao receber algo do tráfico, ao fazer um “favor comprometedor”, coloca-se numa posição inferior ao narcotráfico. “É uma negociata que depois custa caro”.

Obviamente, não podemos fazer uma leitura ingênua do sentido que os pentecostais dão às suas ações, achando que todas as regras são sempre cumpridas. Mas o conteúdo deste contra-exemplo é relevante na medida em que a quebra da regra revela a existência da mesma. O irmão reprova a aceitação do dinheiro do tráfico pela igreja. Não se pode apelar para o tráfico para conseguir nenhum tipo de benefício, pois, uma vez agindo assim, cria-se um vínculo com o que é profano, com o próprio Demônio.

Na Lagoa, os pequenos pontos de pregação crescem aos poucos. Este crescimento, de acordo com as explicações dos próprios pentecostais, depende do conforto que o templo oferece aos seus membros. É preciso atrair mais fiéis, a fim de se acumular dinheiro com os dízimos para construir templos mais confortáveis. Por outro lado, é preciso construir templos mais confortáveis para atrair mais fiéis. Nesse contexto, não é impossível que as igrejas aceitem dinheiro do tráfico em troca de pequenos favores, como esconder armas nos templos e pontos de pregação, bem como utilizá-los como refúgios para os traficantes procurados pela polícia.

Aí é aquela história né, de vez em quando você não vê aí aquelas reportagens aí dizendo que já encontraram arma dentro da igreja(...)A igreja quando a gente olha pra dentro da igreja, a igreja tem homens sérios, nós hoje estudamos na escola dominical, existe hoje obreiros, pastores fraudulentos, a Bíblia diz: maldito o homem que faz da minha obra... relaxadamente, fraudulentamente, com interesse, certo? (Rogério, entrevista realizada em 10/07/2005)

Assim, percebemos que este modelo de ação em relação ao tráfico, que consiste basicamente em interceptar a criação de qualquer tipo de vínculo com os traficantes, mesmo estando em contato com eles, através de um rígido posicionamento de doador, seja de coisas materiais ou espirituais, encontra dificuldades. Embora possa haver, de fato, no contato entre pentecostais e traficantes, a quebra da regra de sociabilidade e a criação de vínculos entre fiéis e traficantes, como indica o próprio membro da igreja, não é a regra que deve ser seguida.

Ao agirem em desacordo com a lógica que deve ser seguida no contato com os traficantes, ou seja, ao aceitarem algo do tráfico, recebem o mana

que vem do Diabo, com quem, a partir de então, terão uma dívida a ser paga. Agir desse modo significa desrespeitar uma regra que é compartilhada, é agir de maneira completamente individual: sem levar em consideração “o que diz a palavra de Deus”.

Numa conversa informal, um irmão diz que a igreja, quando em contato com os traficantes, não poderia rebaixar-se como faz a polícia, que aceita dinheiro do tráfico para soltar bandidos, corrompendo-se. O irmão completa chamando a atenção para o fato de que alguns policiais não gozam de prestígio dentro do local não apenas por serem violentos, mas por entrar numa relação de reciprocidade com o tráfico. Ao receber o dinheiro, os policiais se contaminam com o Mal proveniente dali, perdendo prestígio e autoridade dentro da Lagoa.

O que é altamente compartilhado entre os pentecostais da Lagoa é a idéia de que os traficantes também são filhos de Deus, “não se pode fazer distinção entre pessoas”, portanto, devem estar próximos a eles. Porém, no contato, a todo momento são geradas situações portadores de tensões morais e ambigüidades, com as quais os crentes não lidam de maneira puramente individual, mas através de uma postura compartilhada pelo grupo: é proibido criar vínculo com o mal. Os crentes se posicionam coletivamente não em relação a outro coletivo (o tráfico), mas em relação aos indivíduos: traficantes. A ação em relação ao tráfico diz respeito à conversão dos indivíduos – e neste sentido ela é uma ação que prioriza soluções individuais.

Ao se relacionarem com os “outros” não-evangélicos, os fiéis devem atentar sempre em observar exatamente quem são seus interlocutores, pois a qualquer momento podem ser acusados de associação com o Mal, perdendo prestígio perante à comunidade. Entretanto, ao fazer o trabalho de campo, escutei histórias que aparentemente contradizem o que afirmei anteriormente. Como nos mostra o presbítero Paulo:

Certo dia eu estava em certo local, um obreiro falando sobre uma senhora que tava num momento de dificuldade: Senhor manda pão, que ela estava precisando de alimento né, orando a Deus pra que Deus enviasse pão. Aí tinha uns garotos [do tráfico] que... vamos fazer com que essa mulher pare de ficar orando. Vamos enganar ela. Aí foram lá compraram bastante pão e jogaram lá. Aí ela saiu assim e disse, Graças te dou Senhor, porque o Senhor mandou o pão. Aí eles ficaram rindo, olha lá, dizendo que foi Jesus que mandou o pão! Só que eles não entenderam, com aquela ação que eles agiram, jogando o pão para ela, foi Deus que moveu o coração deles pra fazer aquilo. (Paulo, entrevista realizada em fevereiro de 2005)



Nesta situação, há uma mulher pentecostal que passa por uma situação de pobreza aguda e ora para que Deus a ajude. Ouvindo isso, alguns rapazes do tráfico resolvem “enganar” a mulher e compram alguns pães. Jogam os pães para a mulher e se divertem ao verem-na agradecendo a Deus. A oferta não é direta, pois a mulher não sabe exatamente como aqueles pães chegaram a ela: apenas sabe que foi fruto de suas orações. Mas este caso revela alguns aspectos relevantes da lógica de ação pentecostal.

A característica mais forte presente nessa forma de lidar com o tráfico é a seguinte: agindo em situações portadoras de uma grande tensão moral e ambigüidades, os crentes dão respostas aparentemente contraditórias, mas de fato coerentes. Num momento é preciso negar a ajuda do filho que é traficante; em outra situação é possível receber alimentos dos rapazes do tráfico. Na primeira situação temos uma oferta direta do traficante; na segunda há uma oferta indireta – a mulher não sabia que os rapazes do tráfico haviam oferecido os pães. A mãe recusa a oferta, enquanto a senhora em situação de igual pobreza a aceita. Entretanto, o presbítero não acusa a senhora de conivência com o tráfico e com o Diabo.

Na batalha entre Deus e o Diabo, os homens podem pertencer ao exército de Deus ou ao grupo do Demônio. Ambos podem tomar o corpo das pessoas e agir em seu lugar (Mariz, 1997). Se aquilo que é recebido pela igreja provém de pessoas que fazem parte do exército do Diabo ou de pessoas que estão sendo usadas por Ele sempre haverá o risco de ser “contaminado”, “corrompido”, através do que foi recebido – como no caso do dinheiro oriundo do tráfico. Porém, a prática da oração pode purificar a dádiva recebida, fazendo com que, em vez de pertencentes ao exército do Diabo, os envolvidos na troca estejam agindo por vontade de Deus. Assim, a dádiva não é oriunda do mal, mas da própria vontade divina.

O que nos chama a atenção aqui é o fato de que a lógica de ação pentecostal em relação ao tráfico parece ser tão rígida, quanto o expresso pelos crentes, mas não tão ambígua a ponto de perder a coerência no espaço público local. Sugerimos que esta lógica de ação seja menos um conjunto de regras pré-definidas pela instituição que resultado de um processo contínuo de acumulação de conhecimento em relação à postura adequada no lidar com o tráfico, algo que passa por uma institucionalidade mínima, pelo compartilhamento com “os outros” do local.

Orientando-se pela narrativa da Batalha Espiritual e pela lógica da dádiva, os pentecostais conseguem desfazer as ambigüidades contidas nessas situações. Eles não agem de maneira contraditória: não se pode re-

ceber nada que venha do Diabo. Na primeira situação, mesmo sendo uma mãe que passa por dificuldades, Cristina rejeita a dádiva do filho para não ser “contaminada pelo mal”. Em outro momento, a senhora sobre a qual nos fala o Presbítero, aceita a dádiva dos traficantes pois eles não estavam agindo movidos pelo Diabo, mas por Deus, não havendo com isso risco de contaminação.

Numa situação em que a lógica aqui descrita seria quebrada (uma mulher que aceita uma oferta do tráfico, sendo, por isso, conivente com ele), observamos, entretanto, uma radicalização da mesma lógica para desfazer a ambigüidade contida na situação. Ao oferecer, mesmo que indiretamente, algo à mulher, os rapazes a colocam em uma situação extremamente tensa: ela, por ser crente, não pode receber nada do tráfico; ao mesmo tempo ela necessita de ajuda e ora a Deus por isso. Os rapazes escutam os apelos da senhora e resolvem intervir “jogando o pão lá”. A radicalização da lógica de reciprocidade permite que a mulher saia desta situação em que poderia ser acusada de convivência com o narcotráfico, sem que se perca a coerência em relação à não contaminação no contato com o tráfico. Através da narrativa da Batalha Espiritual é possível compreender o caso contado pelo presbítero Paulo: Deus age através dos rapazes, não há contaminação com o mal.

### *A “autoridade moral”*

Esta relativa facilidade em lidar consistentemente com situações tensas e ambíguas por parte dos pentecostais da Lagoa parece gerar uma autoridade moral na localidade. Os assembleianos da Lagoa se destacam pela forma como lidam com os traficantes: vão às bocas-de-fumo “pregar” e aconselhar os rapazes. Ouvi inúmeras histórias de “evangelizações” em que os traficantes choram, escondem as armas e ouvem atentamente os pentecostais. Há uma atmosfera de “respeito” pelos evangélicos. Os traficantes param para escutá-los, como se fossem sábios que dão conselhos aos mais necessitados de orientação.

Constantemente, na Lagoa, ouvi afirmações que demonstravam o mútuo “respeito” entre traficantes e pentecostais. Da mesma forma que os evangélicos procuram não interferir na atuação do narcotráfico – ainda que isso venha acontecer através do evangelismo – o tráfico também procura não interferir na vida da igreja.

[...] do nosso ponto de vista nós procuramos não afrontá-los né. Porque da forma que a gente não procura agredir, não fazer menção, já é um meio também não envolver na vida deles né, e aí não tem como também... eles não se envolve na nossa. A gente não se mete na deles, nós vamos convivendo bem assim, não convivendo bem, é... nós não somos agredidos por eles. (Paulo, entrevista realizada em fevereiro de 2005)

Entretanto, o tráfico prejudica a vivência da democracia à nível local na medida em que se estabelece como poder local paralelo (Leeds, 1998). Os traficantes controlam as ruas, vigiam as pessoas que entram e saem do lugar, invadem as casas das pessoas procurando refúgio, muitas vezes agridem os moradores por não obedecerem às regras impostas por eles. Ao darem respostas que assumem contornos espirituais à ação do narcotráfico, rejeitando um embate direto, procurando “não afrontá-los”, os crentes se colocariam numa situação de privilégio em relação a outros moradores do lugar. Eles [por serem crentes] não são agredidos pelos traficantes, por exemplo.

[...] mas num dia desses, dia de domingo, eu vim por aqui por dentro mesmo no foco, nas casinhas. Quando cheguei lá na curva, meti o pé mesmo, pisei fundo. Quando cheguei aqui na esquina, dobrei a esquina ali, o cara tava tão doido de cocaína, mas tão doido, maconha, pára aí cara! Botou a arma assim na minha frente, quando botou a arma... bum, mergulhou dentro do carro. Quando ele mergulhou dentro do carro, que ele viu que era eu que tava de paletó e gravata, o outro falou, sai daí rapaz, sai daí, pô, como é que você vai mexer com um cara desses? Não mexe com o cara não rapaz, o cara é crente. Aí puxou o cara, pergunta à minha esposa só, foi na orelha do cara e pumba, deu um tabefe na orelha do cara, tu é louco? Pode perguntar à minha esposa, foi num dia de domingo, tu é louco? Não mexe com essa cara não, não ta vendo que eles são crentes, aquela coisa toda, eu nem conhecia. (Rogério, entrevista realizada em julho de 2005)

Ao voltar para casa à noite, o irmão passa pelo “foco”, lugar onde há uma maior concentração dos conflitos e tiroteios na Lagoa. Ao passar é surpreendido por um traficante que invade seu carro. Mas, a descrição do caso, indica-nos que esta poderia ser uma situação excepcional: o bandido que invade o carro do irmão está sob o efeito de drogas, ele está “doidão de cocaína”, não reconhecendo que aquele indivíduo não deve ter o direito de ir e vir lesado. O outro traficante que não havia feito uso de drogas, reconhece o crente dentro do carro pelo paletó e pela gravata: imediatamente

ele diz para o seu amigo que eles não poderiam assaltar aquela pessoa, pois era um crente. “Você ta maluco rapaz, não mexe com o cara não, o cara é crente!”. O paletó e a gravata, marcas visuais da identidade do crente, parecem garantir, neste caso, o livre-acesso ao local sem ser incomodado pelos traficantes. Se um deles ameaçou o irmão, é porque “estava doidão de cocaína”.

[...]um bandido um dia me parou ali ó, que eu vinha de carro e eles queria que eu piscasse o farol pra eles mas eu nunca pisquei, pode até perguntar pra minha esposa, eu até me arriscava um pouco, que teve um dia que um cara piscou pra mim o farol e eu fui piscar pro cara... e a polícia quase me atropelou ali, quase me meteu o malho em cima, mas sorte que o PM me conheceu. Nesse dia, vinha um carro de lá pra cá e o cara me conhecia. Ele tava piscando pra mim me avisando que a polícia tava dando uma blitz, aí eu pisquei pra ele, mas eu nem sabia, pra mim ele tava me cumprimentando, mas ele tava avisando da blitz. Os cara tava tudo com metralhadora, quando eu pisquei o PM pulou de trás do poste na frente do carro, já com a arma assim pra mim, aí o cara me conheceu, o Eduardo, um cara que tem ali. Só sei que eu passo ali às vezes e eles só me chamam: ô pastor! Ô pastor! Você tem que dar um sinal pra gente pastor. Eu falei, rapaz, esse negócio de sinal é complicado. (Rogério, entrevista realizada em julho de 2005)

Esta última situação indica mais claramente a proibição do vínculo com o narcotráfico e o privilégio adquirido pelos evangélicos. O irmão, num primeiro momento, não sabia que a troca de cumprimento com o farol diz acerca da condição social do indivíduo no lugar: ao piscar o farol para uma outra pessoa, a polícia logo reconhece a possibilidade da comunicação entre traficantes ou, no mínimo, entre cúmplices. Ao saber disso, o irmão decide não piscar mais o farol quando cumprimentado, pois nessa troca, nessa relação de reciprocidade, pode ser reconhecida uma associação com o tráfico. Porém, o entrevistado reconhece que a escolha da não relação, do não contato, do não cumprimento, pode colocar a vida dele em risco. Ele se vê entre duas opções opostas: piscar o farol, obedecendo à lei local, porém não pondo em risco a sua vida, ou afirmar o seu direito de ir e vir, não piscando o farol. É importante ressaltar que essa afirmação do direito é uma consequência da resposta espiritual/moral que os crentes dão aos traficantes: afirmam os seus direitos, não estabelecendo um vínculo que os “contamine”.

Este traço da ação pentecostal em contextos de violência também foi observado por outros autores (Birman e Leite, 2004; Leite, 2008; Mafra, 1998). Eles observam que a pertença religiosa pentecostal permite que os

fiéis se distanciem simbolicamente do campo da marginalidade e do crime. “A conversão religiosa pode ser pensada também como uma alternativa no ‘campo de possibilidades’ dos moradores de favelas para enfrentar os contextos de risco, insegurança e isolamento em que vivem” (Leite, 2008, p. 4). Os pentecostais se destacariam por uma determinada autoridade moral que permite a eles uma circularidade entre bocas-de-fumo e traficantes sem se contaminar moralmente (Leite, 2008). Como nos mostram Birman e Leite (2004, p. 279), “segundo os moradores das áreas ocupadas militarmente pelo tráfico, os pentecostais são os únicos que afrontam os traficantes diretamente, que os interpelam sem medo, onde quer que estes se encontrem”.

A explicação sugerida para esta autoridade moral consiste basicamente em mostrar que, ao negarem uma relação com o tráfico que coloque o fiel em situação de submissão enquanto receptor de algo, ou seja, colocando-se, no reverso, como doador, seja material ou espiritual, os pentecostais estenderiam seu *mana* aos traficantes, e com esta sobreposição hierárquica ganhariam autoridade, prestígio e poder. Desta forma, adquiririam uma autoridade moral em relação aos traficantes, que os respeitam. A fonte de autoridade advém da possibilidade de desfazer as ambigüidades, posicionando-se do lado do Bem e não deixando se contaminar pelo que é Mal. Agindo como a polícia, que aceita suborno do traficante, a igreja perderia essa autoridade moral. E há comprovação empírica, que é indicada pelos próprios pentecostais: a polícia gozaria menos de prestígio na localidade pelas suas atitudes violentas e desrespeitando os direitos humanos que pela sua cumplicidade com o tráfico, com o Mal.

De acordo com Birman e Leite (2004), o fiel pentecostal é aquele que goza de maior prestígio em relação à eficácia de combate ao Mal. Os exemplos mais citados são aqueles que dizem respeito às atividades dos pentecostais em relação aos traficantes. Estes religiosos seriam de novo tipo, distintos de padres e pais-de-santo. Seria um tipo de religiosidade inteiramente descomprometida com as forças malignas. Os atributos religiosos dos pentecostais permitiriam a eles fazer contato com as forças malignas sem serem contaminados por nenhuma delas.

A resposta moral que os evangélicos dão em situações ambíguas e moralmente tensas, reconhecendo limites éticos entre simples relação e cumplicidade, pode fazer com que eles, uma vez que são vistos como portadores de uma autoridade moral, tenham uma posição privilegiada na comunidade, afirmando direitos que deveriam ser universais, mas que são fragilizados, sobretudo, pelo impacto da presença violenta e autoritária do narcotráfico.

## Conclusão

Como vimos, no caso da Lagoa, os pentecostais pretendem seguir com bastante rigor a lógica de reciprocidade, em relação ao tráfico, que é orientada pela narrativa da batalha espiritual. Estes, como procurei mostrar, são importantes instrumentos utilizados para compor as repostas adequadas em relação a um cotidiano que é atravessado pela presença do tráfico e da violência. O contato com narcotráfico é sempre perigoso porque há o risco do interlocutor ser “contaminado pelo Mal”. Entretanto, a presença do tráfico exige repostas.

Os pentecostais não ignoram a presença do tráfico e elaboram repostas para a mesma. Porém, diferentemente dos católicos, as repostas dos pentecostais assumem contornos espirituais (Mafra, 1998). O contato é permitido. Todavia, não se pode deixar “contaminar pelo mal” oriundo do tráfico. Ao entrar em contato com os traficantes, recebendo algo deles, corre-se o risco de ser contaminado. Além disso, estar na posição de receptor, significa perder prestígio e autoridade em relação àquele que dá (Mauss, 1974). Portanto, esta contaminação, risco de ser reconhecido como conivente com o tráfico de drogas, implica também submeter-se à hierarquia e à autoridade do narcotráfico.

Neste contexto que envolve a presença do narcotráfico, a presença de um grupo religioso que constrói suas repostas não exatamente baseadas num modelo doutrinário ou político – como no caso da rejeição do tráfico por parte dos católicos no morro Santa Marta (Mafra, 1998) –, mas orientado por uma lógica de reciprocidade e pela narrativa da batalha espiritual, consegue proximidade e respeito (relativos) em relação ao narcotráfico.

De acordo com Lins e Silva (1990), na Cidade de Deus, os católicos não são respeitados pelos bandidos locais<sup>4</sup>, senão os padres e os beatos por possuírem uma conduta social diferenciada (não bebem, não fumam, andam com roupas decentes, etc.). O respeito que determinados grupos religiosos possuem dentro da comunidade advém exatamente de uma conduta social que se destacaria dentro da comunidade por ser uma conduta ética, respeitosa, respeitável (Lins e Silva, 1990).

Pois os evangélicos são tidos como pessoas especiais, cujas vidas são regidas por um código de ética muito rígido, o que acaba provocando a segregação deles no mundo social local, ao contrário de católicos e espíritas, no mais das vezes trabalhadores cujas atividades de vida cotidiana não são afetadas pela religião que abraçaram. (Lins e Silva, 1990, p. 172).

Portanto, uma religião de caráter popular, claramente encantada, mas que escapa das ambigüidades que envolvem os conceitos de Bem e Mal, construindo regras morais de conduta que são a condição para a legitimidade e o reconhecimento da nova identidade, parece ganhar destaque dentro de um contexto que envolve pobreza, violência e criminalidade.

Como pudemos observar no capítulo anterior, a lógica de ação pentecostal em relação ao tráfico possui uma notável consequência local: a autoridade moral, que consiste basicamente numa privilegiada liberdade de circulação social e espacial dos evangélicos pentecostais dentro de um bairro que é atravessado por conflitos entre quadrilhas de traficantes e entre estas e a polícia. Esta liberdade de circulação é algo que dificilmente outros moradores do lugar acessariam individualmente. Como tentei demonstrar, essa autoridade moral é fruto da lógica de ação pentecostal em relação ao tráfico: tentam nunca se contaminar pelo tráfico, sempre agindo no espaço público e privado como doadores; nunca como recebedores.

A presença do tráfico de drogas possibilita situações eticamente tensas, ambíguas. Orientados por uma lógica de reciprocidade e batalha espiritual, os pentecostais conseguem esquivar-se da contaminação do tráfico sem precisar ignorá-lo, como é a aposta dos católicos no Santa Marta (Mafra, 1998). Desta forma, os pentecostais afirmariam direitos que são comprometidos pela presença do tráfico, pelo conflito entre quadrilhas e entre estas e os policiais. Ao negar piscar o farol para o bandido, a fim de não se contaminar ao entrar numa relação de reciprocidade com “o outro”, o pentecostal afirma seu direito de ir e vir dentro da Lagoa.

A possibilidade de violência e as ambigüidades contidas na relação com o tráfico são traços marcantes no cotidiano de contextos como o da Lagoa. Um tipo de religião, como o pentecostalismo, permite a seus fiéis, orientados pela lógica da reciprocidade e pela narrativa da batalha espiritual, acessar respostas que podem desfazer algumas situações de ambigüidade do cotidiano: onde a qualquer momento um simples contato pode ser reconhecido como convivência com o tráfico, significando perda de autoridade e prestígio no espaço público local.

A questão da violência associada ao tráfico nas periferias urbanas parece ser um elemento central para a reflexão sobre a religiosidade difundida neste contexto. A difusão da religiosidade pentecostal pode, de fato, estar ligada, como vimos no caso da Lagoa, à resistência e à auto-afirmação dos pentecostais em relação ao tráfico de drogas e da violência associada a ele. Dotado de uma autoridade moral realmente notável nestes contextos de

violência, o pentecostalismo representa uma alternativa para uma vivência relativamente segura no cotidiano violento das periferias urbanas: seja por permitir um distanciamento de seus fiéis do campo do crime e da marginalidade ou mesmo na construção de uma posição de “autoridade moral” em relação ao narcotráfico.

## Notas

\* Agradeço à minha orientadora, a antropóloga Clara Mafra, pelo constante apoio e pela atenção dedicada a mim durante todo o período da pesquisa de campo, bem como durante a elaboração deste trabalho também. Agradeço também à Faperj e ao CNPq pelo apoio financeiro.

\*\* Mestrando em Sociologia e Antropologia – Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGSA / UFRJ). Pesquisador assistente do Núcleo de Estudos da Cidadania, Conflito e Violência Urbana da Universidade Federal do Rio de Janeiro (NECVU / UFRJ). O presente artigo foi o vencedor do Segundo Concurso de Monografias para Jovens Pesquisadores, organizado pela Associação dos Cientistas Sociais da Religião do Mercosul em 2007.

<sup>1</sup> Refiro-me especificamente às igrejas do pentecostalismo clássico.

<sup>2</sup> A etnografia foi realizada numa igreja Assembléia de Deus entre os anos de 2004 e 2006: obtive um total de 15 entrevistas, elaborei muitos diários de campo, acompanhando, de maneira geral, o cotidiano das pessoas da igreja, atentando principalmente para os contatos entre os evangélicos e os traficantes.

<sup>3</sup> Categoria nativa utilizada para designar o momento em que os grupos vão às ruas e às bocas-de-fumo para realizarem pregações e louvores no espaço público local.

<sup>4</sup> Este respeito do qual falam os autores está ligado ao termo nativo “consideração”. Esta pode atenuar a violência das quadrilhas passível de ser sofrida pelos moradores. Uma pessoa “considerada” goza de “privilégios” dentro da comunidade, como, por exemplo, não ter restringido o seu direito de ir e vir dentro do lugar.

## Referências

BIRMAN, Patrícia; LEITE, Márcia Pereira. O que Aconteceu com o Antigo Maior País Católico do Mundo? In: BETHHELL, L. (org.), *Brasil - Fardo do Passado, Promessa do Futuro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

LANNA, Marcos. Nota sobre Marcel Mauss e o Ensaio sobre a dádiva. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n. 14, p. 173-194, jun. 2000.

LEEDS, Elizabeth. Cocaína e poderes paralelos na periferia urbana brasileira. Um século de favela. In: ALVITO, Marcos; ZALUAR, Alba (org.). *Um século de favela*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.



- LEITE, Márcia Pereira. Religião e política no espaço público: movimentos de moradores de favelas contra a violência e por justiça. In: ALMEIDA, Ronaldo de; MAFRA, Clara (Org.). *Religiões e Cidades: Rio de Janeiro e São Paulo (no prelo)*. São Paulo: CEM/CEBRAP e Pronex/CNPq, 2008.
- LINS, Paulo; SILVA, Maria de Lourdes da. Bandidos e evangélicos: Extremos que se tocam. *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, vol. 15, n. 1, 1990, p. 166-173.
- MAFRA, Clara. *Os Evangélicos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- \_\_\_\_\_. Drogas e símbolos: redes de solidariedade em contextos de violência. In: ALVITO, Marcos; ZALUAR, Alba (org.). *Um século de favela*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.
- MARIZ, Cecília. "A Teologia da batalha espiritual: uma revisão da bibliografia". In: *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, vol. 47, n. 1, 1999.
- \_\_\_\_\_. O Demônio e os Pentecostais no Brasil. In: BIRMAN, Patrícia; NOVAES, Regina; CRESPO, Samira (org.). *O mal à brasileira*. Rio de Janeiro: EdUERj, 1997.
- MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: *Sociologia e Antropologia*, volume II. São Paulo: Edusp, 1974.
- ZALUAR, Alba. O crime e a não-cidadania: os males do Brasil. In: BIRMAN, Patrícia; NOVAES, Regina; CRESPO, Samira (org.). *O mal à brasileira*. Rio de Janeiro: EdUERj, 1997.
- \_\_\_\_\_. *A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza*. São Paulo: Brasiliense, 1985.